

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

## 5 SUBCOMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO MÁRMORE E GRANITO

### Ata da 10ª Reunião Ordinária

**Data:** 17/10/2003

**Local:** FUNDACENTRO/ES

10 **Participantes:** Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM e da SPNMG), Ivone  
Corgosinho Baumecker (DRT/MG), Antônio Carlos de Oliveira (Sindimármore), Henrique Nelson  
Ferreira (Sindirochas), Ronaldo Soares Azevedo (Sindirochas), José Geraldo Aguiar  
(FUNDACENTRO-ES), Alexandre Trajano de Arruda (DNPM), Antônio Carlos Lopes Soares  
(MPT/ES), José Carlos do Vale (MME), Giuseppe Vincenzo De Lorenzo (IEMA), Rogério Alves da  
15 Silva (DSST/SIT).

A reunião, Coordenada por Dr. Mário Parreiras, foi iniciada com a informação do Sr. Ronaldo  
Azevedo sobre sua visita a marmorarias da Itália, comentando sobre as metodologias de  
produção e do avanço tecnológico do setor naquele país. Sugeriu que a Subcomissão formulasse  
um projeto avaliando as necessidades de melhoria do setor no Brasil, explanando a história,  
20 mudanças, estatísticas e outros fatores, e contendo uma justificativa de forma que pudesse ser  
submetido à Câmara Ítalo-Brasileira da Indústria e Comércio solicitando seu patrocínio para uma  
visita de membros da Subcomissão à Itália a fim de realizar um intercâmbio na busca de  
atualizações e experiências para melhorias do setor no Brasil com a participação da Agência de  
Promoção de Exportações do Brasil – APEX. Com relação à Ata da 9ª Reunião Ordinária,  
25 Dr. Mário Parreiras, explicou a colocação feita pela Dra. Anita Cardoso quanto à substituição do  
termo “empresa” por “estabelecimento” no artigo 5º da Portaria n.º 56/03, que apesar de ter  
sido acordado na reunião do dia 25 de agosto, a alteração não se efetivou porque o termo  
“empresa” é o mais adequado conforme parecer da Assessoria Jurídica e que o termo “empresa”  
já consta em definição na NR-01. Dra. Ivone Corgosinho leu a ata sendo apresentadas  
30 sugestões de redação que serão incorporadas sendo a redação final submetida à apreciação na  
próxima reunião. Sr. Ronaldo Azevedo levantou questão quanto à distribuição do Regulamento  
Técnico sobre chapas que a Subcomissão aprovou e deverá ser editado pelo MTE. Dr. Mário  
Parreiras explicou que o regulamento será publicado e distribuído pela Subcomissão aos setores  
conforme a disposição das bancadas. Sr. Henrique Nelson propôs, após disponibilização da  
35 publicação às bancadas, a realização de um evento do Sindimarmore e Sindirochas para o  
lançamento do Regulamento, onde a FUNDACENTRO também participaria apresentando  
explicações técnicas sobre seu conteúdo. Acerca da edição, foi sugerida pela Dra. Ivone  
Corgosinho a colocação de fotos no glossário o que foi aprovado, ficando os representantes de  
cada bancada a selecionar as fotos mais ilustrativas e encaminhar para o DSST para inclusão no  
40 RTP, com o intuito de facilitar o entendimento do leitor uma vez que tal edição, como já  
disposto na Reunião anterior, teria uma função de primeiro impacto e que posteriormente seria  
desenvolvido um trabalho didático mais detalhado que facilitasse a assimilação do trabalhador.  
Sr. Ronaldo Azevedo sugeriu que a divulgação deveria se estender também aos contadores,  
técnicos de segurança, e ao sistema CONFEA/CREA. Em seguida o Dr. Mário Parreiras

45apresentou o engenheiro Giuseppe Vincenzo De Lorenzo, do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA/ES, que fez uma explanação sobre o processo de licenciamento de lavra, sobre as resoluções do CONAMA 09/90 (que regulamenta o licenciamento ambiental de lavra de rochas ornamentais) e 10/90 (que regulamenta o licenciamento ambiental para areia, brita, argila e calcário), enfatizando que o licenciamento ambiental envolve muitos interesses às vezes conflitantes. Sr. Giuseppe explicou sobre o fluxograma e todos os seus trâmites para licenciamento tais como Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença para Operação – LO. Comentou sobre as irregularidades existentes no setor por falta de obediência à legislação ambiental no Estado do Espírito Santo, que está muito distante em termos de infra-estrutura para aplicação das Resoluções do CONAMA.

55Destacou alguns pontos da Resolução 09/90 que determina os seguintes passos: o DNPM aprova o PAE (Plano de Aproveitamento Econômico) mas exige a licença prévia do órgão ambiental que é emitida após a aprovação do EIA/RIMA, sendo que a Licença de Instalação só é concedida após a apresentação da autorização do DNPM. Enfatizou que no Espírito Santo ainda não está implantado todo o fluxograma determinado pela Resolução 09/90, sendo que as pequenas

60empresas são dispensadas do EIA/RIMA devendo apresentar o DIA (Diagnóstico de Impacto ambiental) que é bem mais simples que o EIA/RIMA. Informou que no estado do ES o empresário já pede direto a LP, LI e LO e que o passivo ambiental do setor mineral é muito grande no Espírito Santo, devido à degradação de épocas passadas e que muitas vezes são solicitados vários documentos no órgão ambiental. Sr. Giuseppe informou ainda que o IEMA

65está elaborando um Termo de Referência para orientar o setor levando em conta a legislação federal, o legal e o real que está posto no Espírito Santo. Informou ainda que o IEMA tem interditado muitas lavras clandestinas, enfatizando sua preocupação com a degradação ambiental que pode ocorrer no norte do Estado e propondo que se agregue à LO o cumprimento da NR-22 e das NRM do DNPM. Sr. Henrique Nelson questionou se o cumprimento

70das normas de SST está colocado na legislação ambiental de outros estados, tendo Sr. Giuseppe informado que questão da Segurança e Saúde no Trabalho ainda está muito pulverizada na legislação ambiental. Sr. Henrique Nelson sugeriu que as informações e aspectos da legislação trazidas pelo representante do IEMA fossem levadas ao Fórum de Meio Ambiente do Trabalho coordenado pelo MPT que seria mais uma frente para apoio de realização da ação, implantação

75e implementação do citado Termo de Referência. Sugeriu ainda que a Subcomissão apresentasse uma demanda ao CONAMA para que discutisse os aspectos de SST, sendo que Dr. Mário Parreiras informou que o canal de discussão poderia ser através do representante do MTE no CONAMA e que o Ministério do Meio Ambiente deve ser chamando para participar da Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral. Devido a complexidade do assunto e do

80emaranhado de procedimentos, Sr. Ronaldo Azevedo sugeriu que fosse elaborada uma apresentação visual para equalizar o entendimento e melhor identificar os problemas. Sr. Alexandre Trajano informou que o MME e o MMA estão discutindo a publicação de uma Portaria Interministerial para um acordo de cooperação técnica e uma portaria estabelecendo uma agenda ambiental entre os órgãos e informou que o MME está elaborando um modelo de gestão

85de segurança operacional na mineração segundo o modelo regulatório em fase de implantação na Agência Nacional do Petróleo - ANP. Sr. Antônio Carlos enfatizou a responsabilidade do DNPM na concessão de autorização de lavra e da precarização do setor, assim como a falta de definição de responsabilidades na concessão de licença ambiental, lembrando a questão do fornecimento de Guia de Utilização e enfatizou a necessidade de unificação das legislações para

90evitar a dispersão das ações e a falta de controle ambiental, lembrando ainda a precariedade das condições ambientais na região de Itaóca onde o número de acidentes é muito grande e que falta um projeto integrado de lavra na região e que a simples interdição pelo DNPM sem apresentação de alternativas não resolve o problema definitivamente. Também comentou que o problema é a falta de plano de lavra e que é necessário um projeto que atinja todo o processo

95de produção, o que pode ser feito pela Subcomissão, cabendo ao MPT chamar todos os

envolvidos na atividade para identificar problemas e encontrar soluções. A representação do MPT ressaltou que a terceirização também tem grande responsabilidade na precarização das condições de trabalho. Por sua vez Sr. Giuseppe ressaltou que o IEMA não concede licença se não houver apresentação de Guia de Utilização ou Portaria de Lavra. Sr. José Geraldo lembrou a existência do SLAP – Sistema de Licenciamento ambiental nas Atividades Potencialmente Poluidoras, enfatizando que a legislação ambiental federal não tem a mesma correspondência na legislação estadual que por sua vez não está sendo aplicada no Espírito Santo. Sr. Henrique Nelson esclareceu que a questão da legislação mineral no ES tem particularidades visto que a atividade de pedra marroada se insere num setor como o “patinho feio” e que não guarda relação direta com o setor de rochas ornamentais, sendo discriminada por não ter ligação sindical, não ter representatividade no setor e que há pouco tempo é que conseguiu-se organizar uma associação de produtores para, após entendimento com a FINDES, se tornar sindicato, lembrando que os acidentes no setor de pedra marroada são um ônus para o setor de rochas ornamentais. Sr. Henrique Nelson ressaltou que o arrendamento do direito de lavra é o pano de fundo do problema que pode ser dividido em pequenos produtores, terceirizados, grandes empresas que terceirizam para empresa idôneas e empresários que têm o direito de lavra mas que não se interessam pela lavra e terceirizam para outros que ficam amarrados no arrendatário por contrato. Enfatizou que o DNPM tem que regulamentar de forma definitiva o arrendamento do direito de lavra. Dra. Ivone propôs que o problema da pedra marroada fosse trazido na próxima reunião quando seriam convidados os titulares dos diversos órgãos para tentar melhorar a legislação de concessão de lavra, tendo Sr. Antonio Carlos ressaltado mais uma vez a necessidade de resolver os problemas decorrentes da inexistência de plano de lavra. Dra. Ivone propôs a realização de uma Audiência Pública sobre extração de pedra marroada, na localidade de maior ocorrência dessa atividade. Sr. Ronaldo informou que nesta data está sendo realizada na Assembléia Legislativa do ES um Seminário sobre as perspectivas de financiamento e parâmetros de certificação de jazidas, motivo pelo qual solicitou sua saída da reunião. Dando seqüência à pauta, Sr. Alexandre Trajano apresentou documento sobre projeto de gestão operacional das atividades de exploração de rochas ornamentais que será apresentado ao Fundo Setorial do Ministério de Ciência e Tecnologia para financiamento das atividades do projeto cuja cópia foi distribuída aos presentes, solicitando que os presentes discutam o mesmo no âmbito de suas entidades e informando que o projeto deve ser iniciado no Espírito Santo. Sr. Antonio Carlos informou que a ABIROCHAS tem todo o conhecimento e dados sobre as questões econômicas do setor de mármore e granito e que o setor ambiental também tem vários diagnósticos dos problemas ambientais assim como a Fundacentro tem muitos trabalhos no setor e que o ideal seria que todas as entidades unissem os seus trabalhos articulando as ações já em andamento. Sr. José Geraldo colocou sua preocupação no sentido de que o Projeto apresentado tem grande peso na identificação de problemas e outros aspectos, mas que é importante propor alternativas para a solução dos problemas já identificados proporcionando melhoria dos ambientes de trabalho. Com relação ao uso de explosivos ressaltou-se que os membros da Subcomissão receberam via e-mail a apresentação do Corpo de Bombeiro do ES encaminhada pelo MPT enfatizando-se mais uma vez a questão da necessidade de treinamento para o uso de explosivos. Sr. Henrique Nelson ressaltou que as questões do uso de explosivos e da silicose devem ter mais tempo para serem abordadas, propondo reuniões específicas sobre os temas, tendo obtido a concordância dos presentes, sendo que o Sr. Antonio Carlos sugeriu o convite de órgãos responsáveis pela fiscalização de explosivos e que, no caso da discussão sobre silicose, é importante a articulação com os Centros Regionais de Saúde, ressaltando a falta de formação dos profissionais de saúde para o diagnóstico da doença. Dr. Mário Parreiras apresentou informações sobre o Programa Nacional de Eliminação da Silicose - PNES e que foi convidado para ocupar uma gerência específica para o setor mineral. Relatou que durante a reunião do Programa ocorrida em setembro em São Paulo propôs que se fizessem várias ações de capacitação para o diagnóstico da silicose. Sr. Antonio Carlos enfatizou que devem ser

discutidos os aspectos éticos de atuação dos profissionais de saúde e que o Sindicato tem conhecimento de alguns casos em que os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO são emitidos sem que o trabalhador seja examinado havendo casos de empregado ingressar no trabalho assinando previamente toda a documentação de demissão e rescisão. Sr. José Geraldo lembrou também a necessidade de se realizar um diagnóstico das perdas auditivas nos trabalhadores do setor, visto que o ruído também é um fator de risco importante. Com relação à perfuração à úmido enfatizou que um problema sério é a falta de água nas empresas, sendo que algumas adotam sistema de exaustão. Sr. José Geraldo informou que alguns fabricantes já disponibilizam equipamentos que usam menos água e que a questão da perfuração à úmido tem que ser discutida com uma certa urgência pois o prazo dado pela NR-22 já está se esgotando. Sr. Giuseppe lembrou que o estado do ES está implantando o sistema de gestão de recursos hídricos. Com relação à visita técnica a empresa, Sr. Henrique Nelson informou que ainda não foi possível definir empresa que utiliza sistema de perfuração a úmido. Comentou que seria importante que a Subcomissão assistir a apresentação da FUNDACENTRO sobre o assunto, apresentar propostas para discussão e, posteriormente, realizar a visita técnica. Quanto à questão dos cabos de aço, a discussão foi prejudicada em virtude da saída de Sr. Ronaldo que havia proposto a inclusão de tal ponto de pauta, ficando assim a discussão foi postergada para a próxima reunião. Finalizando a reunião ficou decidido que a representação do órgão ambiental passa a fazer parte da Subcomissão, sendo agendada para o dia 20 de novembro a audiência pública sobre a extração de pedra marroada, a ser convocada pelo MPT, sendo que no dia 21 será realizada a próxima reunião da Subcomissão (11ª Ordinária). Sem mais a ser discutido a reunião foi encerrada, sendo que a ata será lavrada posteriormente e encaminhada via e-mail aos participantes.

170

Bancada de Governo:

175

180

Bancada de Trabalhadores:

185

Bancada de Empregadores: